



nº11/2015 | distribuição gratuita | informação | participação | cidadania - Edição da Câmara Municipal de Alvaiázere



boletim
MUNICIPAL

novembro

Ficha Técnica:

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Alvaiázere | Diretor: Célia Margarida Gomes Marques (presidente) | Processamento e organização de conteúdos: Unidade Orgânica Administrativa e Financeira | Cordenação, paginação, revisão e distribuição: Unidade Orgânica Administrativa e Financeira | Periodicidade: Mensal | Tiragem: 50 exemplares | ISSN: 2182-8636 | Depósito legal: 212350/04

CÂMARA MUNICIPAL

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 04 DE
NOVEMBRO DE 2015**

DELIBERAÇÕES

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ALVAIÁZERE E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1- Manter, no ano letivo 2015/2016, a cooperação entre estas duas entidades, à semelhança do que se tem verificado nos anos letivos transatos, aprovando, também, a minuta de cooperação entre a Câmara Municipal de Alvaiázere e o Agrupamento de Escolas, o qual prevê a transferência de 10.000,00€ para o Agrupamento de Escolas de Alvaiázere, nos termos do disposto nas alíneas l) e m) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2- A despesa em apreço tem cobertura orçamental na rubrica 0102/040305 e GOP 02 003 2013/5035, cuja plurianualidade está autorizada, nos termos c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, conjugado com o art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho e ao abrigo nas normas de execução orçamental, aprovadas pela Assembleia Municipal, na sua Sessão ocorrida a 26 de novembro de 2014, sendo a sua repartição efetuada da seguinte forma: 3.000,00€ no ano de 2015; e 7.000,00€ no ano de 2016, possuindo esta despesa o número sequencial de cabimento

11470. Apesar da existência de fundos disponíveis negativos, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a Câmara Municipal considera que o interesse público subjacente a esta despesa é superior ao interesse público da Lei dos Compromisso e Pagamentos em Atraso (LCPA), porquanto se trata de uma parceria que permitirá otimizar a operacionalização do ano letivo e a qualidade de ensino no concelho de Alvaiázere.

4- Submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, o protocolo de cooperação entre o Município de Alvaiázere e o Agrupamento de Escolas de Alvaiázere, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

(Aprovado por unanimidade)

PEDIDO DE APOIO - CORTA MATO-ESCOLAR

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1- Assumir os transportes dos alunos do 1.º CEB, de acordo com as disponibilidades de horário das viaturas e motoristas do município, sem comprometer nenhum dos serviços assumidos.

2- Atribuir um apoio financeiro no valor de 200,00€ (duzentos euros) para os lanches a serem servidos aos alunos que participam na prova, cuja despesa tem cobertura orçamental na classificação orçamental 0102/040701 e o número sequencial de cabimento é o 11.490. Apesar da existência de fundos disponíveis negativos para as despesas em apreço, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a Câmara considera que as atividades a desenvolver são do maior interesse para a formação e educação dos alunos do concelho, permitindo a respetiva socialização e a sensibilização para a adoção de hábitos de vida saudáveis, potenciando a prática de desporto.

(Aprovado por unanimidade)

**APOIO A HABITAÇÕES DEGRADADAS -
PROCESSO N.º 1/2015 – AMH**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, ceder materiais ao requerente, proprietário da habitação em apreço, para a conceção de um quarto e uma escada em madeira de acesso ao piso superior, orçados em cerca de 815,50€, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, cuja despesa tem cobertura orçamental na classificação orçamental 0102/080802 e GOP 02/011/2013/5110, e o número sequencial de cabimento: 11504. Apesar da existência de fundos disponíveis negativos, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a Câmara Municipal considera que o interesse pública inerente à despesa em apreço é superior à desta Lei, porquanto permite melhorar, de forma significativa, a qualidade de vida destes munícipes que, atualmente, dispõem de uma habitação deficitária em termos de condições de habitabilidade, onde existem menores, é da maior pertinência apoiar esta intervenção, por forma a contribuir para o seu crescimento saudável e sucesso escolar, na consciência de que, dessa forma, se está a facilitar, no futuro, a sua transição para a vida ativa enquanto seres sociais responsáveis, capazes e conscientes.

(Aprovado por unanimidade)

**APOIO A HABITAÇÕES DEGRADADAS -
PROCESSO N.º 2/2015 – AMH**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, ceder materiais ao requerente, proprietário da habitação em apreço, para a conceção de uma casa de banho e de um quarto, orçados em cerca de 745,00€ (setecentos e quarenta e cinco euros), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, cuja despesa tem cobertura orçamental na classificação orçamental 0102/080802 e GOP 02/011/2013/5110, e o número

sequencial de cabimento: 11505. Apesar da existência de fundos disponíveis negativos, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a Câmara Municipal considera que o interesse pública inerente à despesa em apreço é superior à desta Lei, porquanto a conceção de uma casa de banho e de um quarto reveste-se da maior pertinência, uma vez que as condições da habitação comprometem a igualdade deste jovem no acesso aos seus direitos, bem como a sua liberdade e privacidade, que depende sempre de terceiros para todas as tarefas do quotidiano.

(Aprovado por unanimidade)

**APOIO A HABITAÇÕES DEGRADADAS -
PROCESSO N.º 3/2015 – AMH**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, ceder materiais à requerente proprietária da habitação em apreço, para a reabilitação da cozinha, orçados em cerca de em 446,25€ (quatrocentos e quarenta e seis euros e vinte e cinco cêntimos), acrescidos Iva, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, cuja despesa tem cobertura orçamental na classificação orçamental 0102/080802 e GOP 02/011/2013/5110, e o número sequencial de cabimento: 11506. Apesar da existência de fundos disponíveis negativos, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a Câmara Municipal considera que o interesse pública inerente à despesa em apreço é superior à desta Lei, porquanto a conceção de uma casa de banho e de um quarto reveste-se da maior pertinência, uma vez que a falta de condições de habitabilidade põe em causa a recuperação da munícipe e a sua qualidade de vida, já por si a viver em condições de vulnerabilidade, reveste-se da maior pertinência e urgência intervir naquela habitação, justificando-se a cedência dos materiais solicitados.

(Aprovado por unanimidade)

**TERMO DE ACORDO ENTRE A ASCENDI
PINHAL, CONSTRUTORAS DAS ESTRADAS DO
PINHAL INTERIOR, ACE E O MUNICÍPIO DE
ALVAIÁZERE**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Concordar e aprovar o “termo de acordo”, devendo ser dado conhecimento à Ascendi Pinhal Interior, Estradas do Pinhal Interior, S.A.;
2. Delegar competências na Presidente da Câmara Municipal, para a outorga do termo de acordo” entre a Ascendi Pinhal, Construtoras das Estradas do Pinhal Interior, ACE e o Município de Alvaiázere, bem como para tomar todas as diligências necessárias à operacionalização deste acordo, nomeadamente tomada de decisões e contratualização de serviços, respeitada a legislação em vigor na matéria.

(Aprovado por maioria)

**RECEÇÃO PROVISÓRIA DA EMPREITADA
"REQUALIFICAÇÃO URBANA DA RUA JOSÉ
MARTINS RANGEL/SEICIERA E LIGAÇÕES**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Dar o seu acordo à receção provisória do troço 9 da empreitada “*Requalificação Urbana da Rua José Martins Rangel/Seiceira e ligações*”, executada pela empresa Construções JJR & Filhos, SA., conforme o auto de vistoria e receção provisória, devidamente outorgado pelos intervenientes no processo, que se anexa.
2. Considerar a receção provisória do troço 9 da empreitada com efeitos a partir da data de conclusão da empreitada (6 de Janeiro de 2014), data em que o troço foi afeto pelo dono de obra aos fins a que se destina.

(Aprovado por maioria)

**RECEÇÃO DEFINITIVA DA EMPREITADA
"CONSTRUÇÃO DE IMÓVEL HABITACIONAL -
HABITAÇÃO SOCIAL (IHRU) - ALVAIÁZERE**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Dar acordo à receção definitiva da empreitada “*Construção de Imóvel habitacional – Habitação Social (IHRU) – Alvaiázere*”, adjudicada à empresa Odraude – Construção Civil e Obras Públicas, Lda, conforme o auto de receção definitivo devidamente outorgado pelos intervenientes no processo, remetido em anexo;
2. Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 229.º do decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, na sua atual redação, proceder à libertação das garantias bancárias.

(Aprovado por maioria)

**RECEÇÃO DEFINITIVA DA EMPREITADA
"CONSTRUÇÃO/CONSERVAÇÃO E
REPARAÇÃO EM EDIFÍCIOS PARA FINS
ASSOCIATIVOS - EDIFÍCIO ADÃES
BERMUDES**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Dar acordo à receção definitiva da empreitada “*Construção/Conservação e Reparação em Edifícios para Fins Associativos – Edifício Adães Bermudes*”, adjudicada à empresa Odraude – Construção Civil e Obras Públicas, Lda., conforme o auto de receção definitivo devidamente outorgado pelos intervenientes no processo, remetido em anexo;
2. Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 229.º do decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, na sua atual redação, proceder à libertação das garantias bancárias.

(Aprovado por maioria)

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 18 DE
NOVEMBRO DE 2015**

**ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS
ESPECIAIS - COOPERAÇÃO ENTRE A
CÂMARA MUNICIPAL DE ALVAIÁZERE E O
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1- Aprovar os termos da cooperação entre o Município de Alvaiázere e o Agrupamento de Escolas de Alvaiázere, garantindo o transporte dos jovens identificados entre a Escola EB 2,3/S Dr. Manuel Ribeiro Ferreira e a Cerci Penela, nos termos da minuta de protocolo de cooperação, o qual também se aprova, e que deverá ser outorgado entre o Agrupamento de Escolas de Alvaiázere e o Município, nos termos do preceituado nas alíneas d) do n.º 2 do artigo 23.º e u) e gg) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 13º do Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho;

2- Cobrar pela prestação do serviço, considerando que cada deslocação (ida e volta) implica percorrer 31.860km, o valor diário a cobrar por deslocação de 226,80€, preço que a Câmara Municipal aprova, nos termos do art.º 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação e cujo relatório de fundamentação do respetivo cálculo também se aprova, concordando a Câmara Municipal com o seu teor;

3 – Delegar competências na Senhora Presidente da Câmara Municipal, Célia Margarida Gomes Marques, para outorga do protocolo;

(Aprovado por unanimidade)

**CEDÊNCIA DE VIATURAS – JUNTA DE
FREGUESIA DE PUSSOS SÃO PEDRO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1- Manter a cedência de uma viatura à Junta de Freguesia de Pussos e S. Pedro (Nissan Primastar com a matrícula 85-CQ-77), nos termos do disposto nas alíneas l) e m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro, conjugadas as alíneas i), j) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro, na sua atual redação;

2- Receber a segunda viatura que até à presente data permanece cedida à Junta de Freguesia de Pussos São Pedro (Nissan Primastar com a matrícula 85-CQ-78);

3- Alterar o contrato assinado em 10 de janeiro de 2014, passando o n.º 1 da cláusula segunda a dispor: “Este documento define os termos de cedência de uma viatura de 9 lugares, Marca Nissan Primastar com a matrícula 85-CQ-77 à Junta de Freguesia de Pussos São Pedro”, devendo, portanto, esta alteração ser submetida à aprovação Junta de Freguesia e à autorização da Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia;

(Aprovado por unanimidade)

**CELEBRAÇÃO DO DIA MUNICIPAL DA
IGUALDADE DE GÉNERO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, em parceria com o CLDS 3G, organizar um conjunto de atividades que têm por objetivo assinalar a comemoração do Dia Municipal da Igualdade de Género, a realizar no próximo dia 10 de dezembro, nomeadamente:

1. Peça de teatro “Mariana num mundo igual” – *pelas 11h00*, direcionada para as crianças que frequentam o primeiro ciclo do ensino básico;

2. Seminário “Desigualdade entre homens e mulheres: As crenças e os estereótipos de género nas atividades profissionais” – *das 18h30 às 22h00*.

3. As atividades descritas não têm custos para o Município de Alvaiázere, tendo em conta que estas se enquadram nos fins do CLDS 3G, sendo a prossecução dos mesmos

financiada nos termos do protocolo firmado com o Instituto da Segurança Social anteriormente referido.

(Aprovado por unanimidade)

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA AMIGOS DE
RAOUL FOLLEREAU – ATRIBUIÇÃO DE
APOIO MONETÁRIO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1- Atribuir um apoio monetário no valor de 50,00€ (cinquenta euros), tendo por base o art.º n.º. 2 e o n.º. 5 do art.º 3 do Regulamento de Apoio ao Associativismo, conjugados com a alínea u) do n.º 1, artigo 33.º, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, para apoio a esta causa, pela especificidade da situação em apreço, com cobertura orçamental na classificação 0102/040701 e o número sequencial de cabimento 11491. Apesar da existência de fundos disponíveis negativos para as despesas em apreço, a Câmara Municipal considera que o interesse público subjacente a esta despesa é superior ao interesse público da Lei dos Compromisso e Pagamentos em Atraso (LCPA) – Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, porquanto se trata de um apoio que determinante para criar melhores condições a milhares de crianças e famílias que vivem uma situação extremamente precária.

(Aprovado por unanimidade)

**MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO
PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL
(PAEL) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO 3.º
TRIMESTRE DE 2015**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, aprovar a informação e o relatório do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) - Informação Trimestral, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, a qual será presente, bem como o Relatório do

Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) - Informação Trimestral, à apreciação da Assembleia Municipal.

(Aprovado por maioria)

**OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE ATUAÇÃO E
DESEMPENHO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS
PARA O ANO DE 2016**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. No uso da competência e ao abrigo das disposições conjugadas no n.º 1 do artigo 4.º e alínea a) do artigo 5.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, aprovar a missão, a visão, os valores e os objetivos estratégicos para o ano de 2016, descritos no relatório, que também se aprova, devendo as Unidades Orgânicas que dependem diretamente dos Membros deste Órgão e, nestes termos, abrangidas pelo SIADAP 1, nortear sua proposta de objetivos para o ano 2016, em subordinação aos objetivos estratégicos agora aprovados;

(Aprovado por maioria)

**EMPREITADA “LIGAÇÃO ENTRE VENDAS E
O ENTRONCAMENTO COM A E.N. 348” –
DOAÇÕES DE PARCELAS DE TERRENO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. De acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aceitar a doação das seguintes parcelas de terreno:

a) 270,65m² a desanexar do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o número 5058 da freguesia de Alvaiázere, anteriormente inscrito na matriz predial rústica sob o número 2793 da freguesia de Alvaiázere (extinta), descrito na Conservatória do Registo Predial de Alvaiázere sob o n.º 2035 da freguesia de Alvaiázere, propriedade de Fernando Dias de Almeida, residente em Avenida João

Crisóstomo, n.º 64, 2.º dto, Nossa Senhora de Fátima, 1050- 128 Lisboa, sito em Vale Sobreiro, com uma área total de 1.810,00m², composto por pinhal e mato, que possui as seguintes confrontações: norte – José Carvalho e outro, sul – estrada, nascente – Lino Brás Borges e poente – Fernando Mendes da Silva;

b) 111,65m² a desanexar do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o número 5076 da freguesia de Alvaiázere, anteriormente inscrito na matriz predial rústica sob o número 2802 da freguesia de Alvaiázere (extinta), descrito na Conservatória do Registo Predial de Alvaiázere sob o n.º 2036 da freguesia de Alvaiázere, propriedade de Fernando Dias de Almeida, residente em Avenida João Crisóstomo, n.º 64, 2.º dto, Nossa Senhora de Fátima, 1050- 128 Lisboa, sito em Vale Sobreiro, com uma área total de 2.760,00m², composto por mato com 20 oliveiras, que possui as seguintes confrontações: norte – Manuel Dias da Silva, herdeiros, sul – Manuel Henriques Godinho e outros, nascente – José Rodrigues Nunes e poente – Justina das Neves;

c) 36,10m² a desanexar do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o número 5098 da freguesia de Alvaiázere, anteriormente inscrito na matriz predial rústica sob o número 2813 da freguesia de Alvaiázere (extinta), descrito na Conservatória do Registo Predial de Alvaiázere sob o n.º 2037 da freguesia de Alvaiázere, propriedade de Fernando Dias de Almeida, residente em Avenida João Crisóstomo, n.º 64, 2.º dto, Nossa Senhora de Fátima, 1050-128 Lisboa, sito em Feteira, com uma área total de 2.900,00m², composto por pastagem com 5 oliveiras, que possui as seguintes confrontações: norte – José Rodrigues Nunes, sul – Manuel Henriques Godinho, nascente – Bernardino Domingues Godinho e poente – José Rodrigues Nunes.

2. Delegar competências na Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal – Célia Margarida Gomes Marques – para outorgar

as competentes declarações a emitir para a Conservatória do Registo Predial, bem como para a Autoridade Tributária e Aduaneira, com vista à integração das parcelas de terreno no domínio público municipal;

3. Aprovar a despesa €63,00 (sessenta e três euros) com o n.º sequencial de cabimento 11529, com a classificação orgânica: 0102 e Classificação económica 020225, sendo que, apesar de existirem, nesta data, fundos disponíveis negativos, nos termos do disposto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a Câmara Municipal considera que o interesse público subjacente à despesa é superior à LCPA uma vez que, apesar da candidatura já se encontrar aprovada pelo “Mais Centro” de acordo com a alínea h) da cláusula 10.ª do contrato de financiamento um dos documentos obrigatórios para encerramento da candidatura é a titularidade dos terrenos.

(Aprovado por maioria)

CRONOGRAMA DO PROJETO ALVAIÁZERE VIVA – FÉRIAS DESPORTIVAS E CULTURAIS

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1- Aprovar o cronograma das atividades a desenvolver no âmbito deste projeto no decorrer do ano letivo 2015/2016, sendo que, apesar da existência de fundos disponíveis negativos para as despesas subjacentes ao projeto (relativas a refeições, deslocações e monitorização das atividades), a Câmara Municipal considera que o interesse público subjacente a esta despesa é superior ao interesse público da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) – Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, porquanto se trata de um projeto de grande pertinência no que se refere à igualdade de acesso das crianças alvaiazerenses ao

desporto e à cultura, para além de garantir a sua ocupação e formação nos períodos de interrupção letiva quando as suas famílias não têm oportunidade, por questões profissionais, de as acompanhar como desejariam.

2- Dar poderes à Sra. Presidente da Câmara Municipal para decidir eventuais ajustes ao presente cronograma e para autorizar as despesas subjacentes à respetiva implementação, cujo projeto consta da GOP 02/003/2013/5045.

(Aprovado por unanimidade)

PRESEÍPIOS DE NATAL 2015

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1- Dinamizar a população no sentido de manter viva a tradição de montagem de presépios de natal, nos seguintes moldes:

a) Todos os interessados em participar na iniciativa da Câmara Municipal devem inscrever-se nos serviços da Biblioteca Municipal até ao dia 04 de dezembro de 2015;

b) A atribuição de prémios de participação a todos os inscritos (de acordo com o tipo de presépio e desde que os mesmos estejam patentes ao público em locais de culto, espaços abertos ao público ou espaços comerciais) nos seguintes valores:

- presépios tradicionais: 15,00€;
- presépios tradicionais animados (com um mínimo de 2 figuras animadas): 30€;
- presépios ao vivo (representações com a duração máxima de 20 minutos): 75,00€;
- Que os serviços municipais visitem os presépios inscritos a partir do dia 14 de dezembro para validar a atribuição do prémio de participação.

2- Tendo em consideração o número de participações do ano transato, estima-se que a atribuição destes prémios possa totalizar o valor de cerca de 1.000,00€, estando este valor previsto em orçamento na classificação orçamental 0102 06020305 e GOP 02 004 2013/5050, sendo o número

sequencial de cabimento o 11531. O número sequencial de compromisso será apostado aquando da emissão das ordens de pagamento. Apesar da existência de fundos disponíveis negativos para a despesa em apreço, a Câmara Municipal considera que o interesse público subjacente a esta despesa é superior ao interesse público da Lei dos Compromisso e Pagamentos em Atraso (LCPA), Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, porquanto se trata de uma iniciativa que mobiliza a comunidade alvaiazerense no seu todo e que permite viver aspetos determinantes da sua cultura e identidade.

(Aprovado por unanimidade)

CANTARES DOS REIS 2016

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1- Dinamizar a população no sentido de manter viva esta tradição, a qual deverá funcionar nos seguintes moldes:

a) Os grupos devem formar-se espontaneamente (num número mínimo de 5 elementos e com respeito pela tradição ao nível do traje e instrumentos) e dirigir-se aos passos do concelho no dia 05 de janeiro de 2016, entre as 19h00 e as 21h00, onde serão recebidos pelo Executivo Camarário;

b) Será atribuído um prémio de participação no valor de 30,00€ a todos os grupos que marquem presença nesta iniciativa que visa manter viva a tradição de cantar os reis;

c) Aos elementos dos grupos seja oferecida uma bebida e iguarias características da época (bolo rei e belozes).

2- Tendo em consideração o número de participações do ano transato, estima-se que a atribuição destes prémios possa totalizar o valor de cerca de 500,00€. A oferta de uma bebida e de algumas iguarias características da época, com base na experiência de anos anteriores, implicará uma despesa no valor aproximado de

750,00€. Os valores em questão têm dotação orçamental na classificação 0102 06020305 e GOP 02 004 2013/5050, sendo o número sequencial de cabimento e compromisso apostos após transição de orçamento, o qual contempla verba necessária e suficiente, estando a plurianualidade desta despesa aprovada, nos termos da normas de execução orçamental do orçamento do Município para 2015 e 2016.

(Aprovado por unanimidade)

**ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO DE UMA PARCELA
DE TERRENO DO PRÉDIO INSCRITO NA
MATRIZ PREDIAL RÚSTICA SOB O N.º 13200
DA FREGUESIA DE MAÇÃS DE DONA MARIA**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. De acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aceitar a doação de uma parcela de terreno com 80,00m² do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o n.º 13200 da freguesia de Maçãs de Dona Maria, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alvaiázere sob o n.º 4301 da freguesia de Maçãs de Dona Maria, sito em Serra, com uma área total de 852,00m² (após levantamento topográfico), propriedade Ilídio Dias Augusto, residente na Rua Sebastião Cardoso da Gama, lote 6, 2.º direito, Bairro da Escola Técnica, 2775-285 Parede, que possui as seguintes confrontações: norte – João Dias, sul – Caminho, poente – Manuel Lourenço e nascente – estrada, com o encargo do Município repor o muro existente na parcela, para o qual se prevê um custo previsível de €1.420,00 (mil quatrocentos e vinte euros), devendo ser emitida a competente requisição externa à entidade Fernando de Jesus Silva, com o número de identificação fiscal 157 825 620 e que possui o alvará de construção n.º 57949;

2. Delegar competências no Exmo. Senhora Presidente da Câmara Municipal – Célia Margarida Gomes Marques – para outorgar a competente declaração a emitir para a Autoridade Tributária e Aduaneira e para a Conservatória do Registo Predial, com vista à integração da parcela de terreno no domínio público municipal;

3. Propor, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, à Assembleia Municipal a afetação da parcela adquirida ao domínio público municipal;

4. Suportar os custos e encargos inerentes à execução do muro supra referenciado, prevendo-se uma despesa de €1.420,00 (mil quatrocentos e vinte euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, com o n.º sequencial de cabimento 11546, com a classificação orgânica: 0102, Classificação económica 07010413 e GOP: 03 002 2013/128. Apesar de existirem, nesta data, fundos disponíveis negativos, nos termos do disposto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a Câmara Municipal considera que o interesse público subjacente à despesa é superior à LCPA porquanto, esta coloca em causa a segurança de pessoas e bens.

(Aprovado por maioria)

**REVISÃO DE PREÇOS DA EMPREITADA DO
“CENTRO MULTIUSOS DE MAÇÃS DE DONA
MARIA**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, aprovar a revisão de preços provisória no valor de 25.101,34€ (vinte e cinco mil cento e um euros e trinta e quatro centimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, para a empreitada “Centro Multiusos de Maçãs de D. Maria” executada pela firma Odraude – Construção Civil e Obras Públicas, Lda, a qual possui o número sequencial de cabimento 11532, da GOP 03/002/2015/5/1, sendo que, apesar da existência de fundos disponíveis

negativos, nos termos do disposto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a Câmara Municipal considera que o interesse público subjacente à despesa é superior à LCPA porquanto, se trata de uma empreitada que já se encontra encerrada.
(Aprovado por maioria)

**REVISÃO DE PREÇOS DA EMPREITADA DE
"ADAPTAÇÃO DO ÚLTIMO PISO DO ESTÁDIO
MUNICIPAL – APROVEITAMENTO DA
ENERGIA SOLAR**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, aprovar a revisão de preços provisória no valor de 610,81€ (seiscentos e dez euros e oitenta e um centimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, para a empreitada "Adaptação do último piso do Estádio Municipal – Aproveitamento da Energia Solar" executada pela firma Odraude – Construção Civil e Obras Públicas, Lda, o qual possui o número sequencia de cabimento 11533, da GOP 03/002/2015/5/2, sendo que, apesar da existência de fundos disponíveis negativos, nos termos do disposto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a Câmara Municipal considera que o interesse público subjacente à despesa é superior à LCPA porquanto, se trata de uma empreitada que já se encontra encerrada.
(Aprovado por maioria)

**REVISÃO DE PREÇOS DA EMPREITADA DE
"REQUALIFICAÇÃO URBANA EM DIVERSOS
ESPAÇOS E AGLOMERADOS DO CONCELHO –
ARRANJO URBANÍSTICO EM PÉ DA SERRA"**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, aprovar a revisão de preços provisória no valor de 669,18€ (seiscentos e sessenta e nove euros e dezoito centimos), ao qual acresce o IVA à taxa

legal em vigor, para a empreitada "Requalificação Urbana em Diversos Espaços e Aglomerados do Concelho – Arranjo Urbanístico em Pé da Serra" executada pela firma Odraude – Construção Civil e Obras Públicas, Lda, o qual possui o número sequencia de cabimento 11545, da GOP 03/002/2015/5/15, sendo que, apesar da existência de fundos disponíveis negativos, nos termos do disposto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a Câmara Municipal considera que o interesse público subjacente à despesa é superior à LCPA porquanto, se trata de uma empreitada que já se encontra encerrada.
(Aprovado por maioria)

**REVISÃO DE PREÇOS DA EMPREITADA DE
"CALÇADAS EM FERRARIAS"**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, aprovar a revisão de preços provisória no valor de 59,17€ (cinquenta e nove euros e dezassete centimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, para a empreitada "Calçadas em Ferrarias", executada pela firma Manuel Mendes Murtinho Júnior, o qual possui o número sequencia de cabimento 11534, da GOP 03/002/2015/5/3, sendo que, apesar da existência de fundos disponíveis negativos, nos termos do disposto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a Câmara Municipal considera que o interesse público subjacente à despesa é superior à LCPA porquanto, se trata de uma empreitada que já se encontra encerrada.
(Aprovado por maioria)

**REVISÃO DE PREÇOS DA EMPREITADA DE
"CALÇADAS EM LOUREIRA"**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, aprovar a revisão de preços provisória no valor de 315,26€ (trezentos e quinze euros e vinte e seis cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, para a empreitada "Calçadas em Loureira", executada pela firma Manuel Mendes Murtinho Júnior, o qual possui o número sequencia de cabimento 11535, da GOP 03/002/2015/5/7, sendo que, apesar da existência de fundos disponíveis negativos, nos termos do disposto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a Câmara Municipal considera que o interesse público subjacente à despesa é superior à LCPA porquanto, se trata de uma empreitada que já se encontra encerrada.
(Aprovado por maioria)

**REVISÃO DE PREÇOS DA EMPREITADA DE
"EXECUÇÃO DE PAVIMENTO NO ACESSO
AO LUGAR DE REDOUÇAS"**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, aprovar a revisão de preços provisória no valor de 307,07€ (trezentos e sete euros e sete cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, para a empreitada "Execução de pavimento no acesso ao lugar de Redouças", executada pela firma Manuel Mendes Murtinho Júnior, o qual possui o número sequencia de cabimento 11537, da GOP 03/002/2015/5/4, sendo que, apesar da existência de fundos disponíveis negativos, nos termos do disposto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a Câmara Municipal considera que o interesse público subjacente à despesa é superior à LCPA porquanto, se trata de uma empreitada que já se encontra encerrada.
(Aprovado por maioria)

**REVISÃO DE PREÇOS DA EMPREITADA DE
"EXECUÇÃO DE PAVIMENTO NO LUGAR DE
BARRO BRANCO E ALARGAMENTO DA
ESTRADA"**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, aprovar a revisão de preços provisória no valor de 269,57€ (duzentos sessenta e nove euros e cinquenta e sete cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, para a empreitada "Execução de pavimento no lugar de Barro Branco e alargamento da Estrada", executada pela firma Manuel Mendes Murtinho Júnior, o qual possui o número sequencia de cabimento 11538, da GOP 03/002/2015/5/5, sendo que, apesar da existência de fundos disponíveis negativos, nos termos do disposto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a Câmara Municipal considera que o interesse público subjacente à despesa é superior à LCPA porquanto, se trata de uma empreitada que já se encontra encerrada.
(Aprovado por maioria)

**REVISÃO DE PREÇOS DA EMPREITADA DE
"EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM VENDA
NOVA"**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, aprovar a revisão de preços provisória no valor de 47,55€ (quarenta e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, para a empreitada "Execução de pavimento em Venda Nova", executada pela firma Manuel Mendes Murtinho Júnior, o qual possui o número sequencia de cabimento 11536, da GOP 03/002/2015/5/6, sendo que, apesar da existência de fundos disponíveis negativos, nos termos do disposto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na

sua atual redação, a Câmara Municipal considera que o interesse público subjacente à despesa é superior à LCPA porquanto, se trata de uma empreitada que já se encontra encerrada.

(Aprovado por maioria)

**REVISÃO DE PREÇOS DA EMPREITADA DE
"MELHORAMENTOS, CONSERVAÇÃO E
REPARAÇÃO DA REDE VIÁRIA INTERNA –
VIAÇÃO RURAL DE LIGAÇÃO DE PECHINS A
MOUTA"**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, aprovar a revisão de preços provisória no valor de 694,09€ (seiscentos noventa e quatro euros e nove centimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, para a empreitada "Melhoramentos, Conservação e Reparação de Rede Viária Interna – Viação Rural de Ligação de Pechins a Mouta", executada pela firma Construções J.J.R. & Filhos, S.A, o qual possui o número sequencia de cabimento 11542, da GOP 03/002/2015/5/12, sendo que, apesar da existência de fundos disponíveis negativos, nos termos do disposto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a Câmara Municipal considera que o interesse público subjacente à despesa é superior à LCPA porquanto, se trata de uma empreitada que já se encontra encerrada.

(Aprovado por maioria)

**REVISÃO DE PREÇOS DA EMPREITADA DE
"ARRANJO URBANÍSTICO DE MAÇÃS DE
DONA MARIA (CRUZAMENTO ENTRADA DA
VILA)"**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, aprovar a revisão de preços provisória no valor de 3.872,40€ (três mil oitocentos setenta e dois euros e quarenta centimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, para a empreitada "Arranjo

Urbanístico de Maças de D.ª Maria (Cruzamento Entrada da Vila)", executada pela firma Construções J.J.R. & Filhos, S.A., o qual possui o número sequencia de cabimento 11540, da GOP 03/002/2015/5/8, sendo que, apesar da existência de fundos disponíveis negativos, nos termos do disposto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a Câmara Municipal considera que o interesse público subjacente à despesa é superior à LCPA porquanto, se trata de uma empreitada que já se encontra encerrada.

(Aprovado por maioria)

**HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE
MADEIRA DE CEDRO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Proceder à alienação do lote de madeira de cedro pelo valor de €1.300,00 (mil e trezentos euros);
2. Aprovar a alienação do referido lote de madeira de cedro, na modalidade de hasta pública, nos termos da conjugação das alíneas cc) do n.º 1 do art.º 33.º e da alínea i) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, com o Decreto-Lei n.º 307/94, de 21 de dezembro, regulamentado pela Portaria n.º 1152-A/94, de 27 de dezembro;
3. Que, de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 10.º da Portaria n.º 1152-A/94, de 27 de dezembro, a comissão que dirige o procedimento e a praça seja composta pelos seguintes elementos:
 - a) Presidente: Francisco Agostinho Maria Gomes – Vereador da Câmara Municipal;
 - b) Vice-Presidente, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos: Hilário Simões;
 - c) Vogal: Isabel Barreira Pimenta;
 - d) 1.º Vogal suplente, que substituirá os membros da Comissão, em caso de falta ou

impedimento: Ana Cristina Godinho Santos Costa;

e) 2.º Vogal suplente, que substituirá os membros da Comissão, em caso de falta ou impedimento: Patrícia Cristina Alves Pedro Afonso.

4. Aprovar o Edital, o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos;

5. Delegar na Presidente da Câmara Municipal a competência para resolver eventuais dúvidas que surjam do decurso do presente procedimento e proceder à adjudicação definitiva ou à não adjudicação, de acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 11.º da Portaria n.º 1152-A/94, de 27 de dezembro.

(Aprovado por unanimidade)

**LISTAGEM DE PRÉDIOS PARA FIXAÇÃO DA
TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE
IMÓVEIS (IMI) – MAJORAÇÕES E
MINORAÇÕES**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Face ao exposto e no âmbito do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovar as listagens dos prédios urbanos a majorar e a minorar a taxa do IMI, devendo a mesma ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira até 30 de novembro de 2015;

2. Remeter a presente proposta à apreciação da Assembleia Municipal, juntamente com a proposta de fixação da taxa de IMI, tomada em reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada a 27 de outubro último, nos termos e para efeitos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º e da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado art.º 112.º do CIMI.

(Aprovado por unanimidade)

**AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE
ARBORIZAÇÃO/REARBORIZAÇÃO –
DECRETO-LEI N.º 96/2013, DE 19 DE
JULHO – CÓDIGO DE REGISTO N.º
PR.006109.2015**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, sendo cumprido integralmente o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua 5ª versão, atualizada pelo Decreto-Lei n.º 83/2014, de 23 de maio, assim como, o cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 166/2008 de agosto alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, nos termos da informação técnica prestada, deliberou, concordar com o projeto apresentado, não tendo nada a opor, emitindo parecer favorável.

(Aprovado por maioria)

**PEDIDO DE CONSTITUIÇÃO DE
COMPROPRIEDADE – ARTIGO RÚSTICO N.º
139 DA FREGUESIA DE PUSSOS SÃO PEDRO**

A Câmara Municipal apreciou este pedido e, conforme preceituado na Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64/03, de 23 de agosto, deliberou, dar parecer favorável à constituição de compropriedade no prédio descrito na informação técnica supra citada, devendo, para o efeito, emitir-se a respetiva certidão.

(Aprovado por unanimidade)

**PEDIDO DE CONSTITUIÇÃO DE
COMPROPRIEDADE – ARTIGO RÚSTICO N.º
13166 DA FREGUESIA DE ALVAÍZERE –
DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE
04/02/2015 - ALTERAÇÃO DE COMPORTE**

A Câmara Municipal apreciou este pedido e, conforme preceituado na Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64/03, de 23 de agosto, deliberou, dar parecer favorável à constituição de compropriedade no prédio descrito na informação técnica supra citada, autorizando a alteração dos compartes, substituindo o compartes José Acácio Oliveira Tiago por Maria do Carmo Tiago de

Sousa Simão devendo, para o efeito, emitir-se a respetiva certidão.

(Aprovado por unanimidade)

SOENGORDA – REGULARIZAÇÃO DE AVICULTURA, SITA NA ESTRADA “VIA LUSITÂNIA”, NO LUGAR DE VALE DA AVELEIRA – PUSSOS DA FREGUESIA DE PUSSOS SÃO PEDRO, NO ÂMBITO DA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014 DE 5 DE NOVEMBRO - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, com base na informação técnica, deliberou, tendo por base a informação supra transcrita, e concordando com o teor da mesma, reconhecer o interesse socioeconómico concordando com os pressupostos e fundamentos do reconhecimento de interesse público, propondo à Assembleia Municipal o reconhecimento de interesse público municipal da regularização do estabelecimento industrial da empresa SOENGORDA, Comércio de Frangos, Lda., nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro.

(Aprovado por unanimidade)

ARLINDO HENRIQUES MARQUES – REGULARIZAÇÃO DE EDIFÍCIO AFETO A OPERAÇÃO DE GESTÃO DE RESÍDUOS, SITA NA RUA ENCOSTA DO VALE, N.º 22, NO LUGAR DE VENDAS DA FREGUESIA DE ALVAIÁZERE, NO ÂMBITO DA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014 DE 5 DE NOVEMBRO – PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, com base na informação técnica, deliberou, tendo por base a informação supra transcrita, e concordando com o teor da mesma, reconhecer o interesse socioeconómico concordando com os pressupostos e fundamentos do

reconhecimento de interesse público, propondo à Assembleia Municipal o reconhecimento de interesse público municipal da regularização do estabelecimento industrial da empresa Arlindo Henriques Marques, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro.

(Aprovado por unanimidade)

JÚLIO LOPES MORGADO – REGULARIZAÇÃO DE PECUÁRIA, AVICULTURA: AVES PRODUTORAS DE OVOS, SITO NA RUA OUTEIRO DO JOGO, N.º 15 E 17, NO LUGAR DE QUINTA DOS CIPRESTES DA FREGUESIA DE ALMOSTER, NO ÂMBITO DA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014 DE 5 DE NOVEMBRO REQUERENTE - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, com base na informação técnica, deliberou, tendo por base a informação supra transcrita, e concordando com o teor da mesma, reconhecer o interesse socioeconómico concordando com os pressupostos e fundamentos do reconhecimento de interesse público, propondo à Assembleia Municipal o reconhecimento de interesse público municipal da regularização do estabelecimento industrial da empresa Júlio Lopes Morgado, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro.

(Aprovado por unanimidade)

DESPEERVEVOLUTION – REGULARIZAÇÃO DE INDÚSTRIA - METALMECÂNICA, SITO NA ESTRADA “VIA LUSITÂNIA”, N.º 753, NO LUGAR DE VENDAS DE MARIA DA FREGUESIA DE MAÇÃS DE DONA MARIA, NO ÂMBITO DA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014 DE 5 DE NOVEMBRO - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, com base na informação técnica, deliberou, tendo por base a informação supra transcrita, e concordando com o teor da mesma, reconhecer o interesse socioeconómico concordando com os pressupostos e fundamentos do reconhecimento de interesse público, propondo à Assembleia Municipal o reconhecimento de interesse público municipal da regularização do estabelecimento industrial da empresa DESPERTEVOLUTION, Lda., nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro.

(Aprovado por unanimidade)

TERCEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO/2015

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Aprovar a terceira Revisão Orçamental, no valor de 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil euros);
2. Submeter a presente revisão orçamental, bem como a plurianualidade da despesa nela contida, à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal, na sua próxima Sessão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, conjugado com o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

(Aprovado por maioria)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SESSÃO DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA EFEITOS DA ALÍNEA S) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

A proposta de constituição do Conselho Municipal de Educação, para efeitos do disposto na alínea s) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, foi aprovada por unanimidade sendo o Senhor Victor Joaquim, o representante das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação.

TERCEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO / 2015

A terceira revisão ao orçamento de 2015, nos termos e para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, conjugado com o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, foi aprovada por unanimidade.

FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – 2016

Nos termos e para efeitos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º e da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado art.º 112.º do CIMI, foi aprovado por maioria:

1. Fixar as taxas de IMI em: Prédios urbanos: 0,4%;
2. Com o intuito de promover o combate à desertificação do concelho e de incentivar a

requalificação do parque habitacional do território das freguesias do concelho, as seguintes minorações e majorações às taxas do ponto anterior:

a) 30% de minoração da taxa aplicável, aos prédios reabilitados ou restaurados nos últimos dez anos (desde 2005), que possuam a devida licença/autorização de utilização e que tenham sido intervencionados nos termos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), nos termos do disposto no n.º 6 do art.º 112.º do CIMI;

b) 20% de minoração da taxa aplicável aos prédios urbanos arrendados no ano de 2015, que possuam a devida licença/autorização de utilização compatível com a utilização constante em contrato de arrendamento, cumulativa com a beneficiação da taxa prevista na alínea anterior, nos termos do disposto no n.º 7 do art.º 112.º do CIMI;

c) Majorar a taxa de IMI aplicável, em 15%, dos prédios urbanos degradados localizados nos aglomerados urbanos que não satisfazem a sua função e façam perigar a segurança de pessoas e bens, nos termos do disposto no n.º 8 do art.º 112.º do CIMI.

3. Fixar uma redução da taxa de IMI, nos casos de imóvel destinado a habitação própria permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, de 5% para os agregados com um dependente a cargo, de 7,5% para os que possuam dois dependentes a cargo e de 10% para os agregados com três ou mais dependentes a cargo, nos termos do disposto no n.º 13 do art.º 112.º do CIMI.

4. Nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto - lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, conjugado com o art.º 112.º do CIMI, os proprietários de edifícios ou frações inseridos na ARU devem ser

abrangidos por majorações e minorações, nomeadamente:

a) Minoração de 30% da taxa de IMI em vigor em prédios urbanos localizados na ARU, de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 112.º do CIMI, mas que não se encontrem em ruína, degradados ou devolutos;

b) Minoração de 20% da taxa de IMI em vigor a aplicar aos prédios urbanos arrendados localizados na ARU, que pode ser cumulativa com a anterior de acordo com o previsto no n.º 7 do mesmo artigo;

c) Majoração de 15% da taxa de IMI em vigor a aplicar a prédios urbanos degradados, que não cumpram satisfatoriamente a sua função ou sejam um perigo para a segurança de pessoas e bens, conforme descrito no n.º 8 do mesmo artigo.

5. Majorar, no dobro, a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, nos termos do disposto no n.º 9 do art.º 112.º do CIMI.

PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS

Aprovado por unanimidade, a taxa de 5% como participação variável no IRS, a incidir sobre os rendimentos de 2016, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP)

Aprovado por unanimidade, a não aplicação da taxa municipal dos direitos de passagem, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º e da alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

**ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CÂMARA
MUNICIPAL DE ALVAIÁZERE E O
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS**

Aprovado e autorizado, por unanimidade, a celebração deste protocolo de cooperação ente o Município de Alvaiázere e o Agrupamento de Escolas, de acordo com o disposto da alínea m) do n.º 1 do art.º 33, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, tendo sido verificado, também, o Relatório de Contas 2014/2015 remetido pelo Agrupamento e a Ficha de Cabimento relativa à despesa em apreço.

**CEDÊNCIA DE VIATURAS – JUNTA DE
FREGUESIA DE PUSSOS SÃO PEDRO**

Aprovado por unanimidade, a alteração ao contrato de cedência, nos termos do disposto na alínea k) no n.º 1 do art.º 25, do Decreto-Lei 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual.

**SOENGORDA – REGULARIZAÇÃO DE
AVICULTURA, SITA NA ESTRADA “VIA
LUSITÂNIA”, NO LUGAR DE VALE DA
AVELEIRA – PUSSOS DA FREGUESIA DE
PUSSOS SÃO PEDRO, NO ÂMBITO DA
ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO
DECRETO-LEI N.º 165/2014 DE 5 DE
NOVEMBRO – PEDIDO DE
RECONHECIMENTO DE INTERESSE
PÚBLICO MUNICIPAL**

O pedido de reconhecimento de interesse público municipal do Estabelecimento de avicultura - Soengorda, sita na Estrada “Via Lusitânia”, no lugar de Vale da Aveleira – Pussos da freguesia de Pussos São Pedro, no âmbito da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, foi aprovado por unanimidade.

**ARLINDO HENRIQUES MARQUES –
REGULARIZAÇÃO DE EDIFÍCIO AFETO A
OPERAÇÃO DE GESTÃO DE RESÍDUOS,
SITA NA RUA ENCOSTA DO VALE, N.º 22,
NO LUGAR DE VENDAS DA FREGUESIA DE
ALVAIÁZERE, NO ÂMBITO DA ALÍNEA A)
DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI
N.º 165/2014 DE 5 DE NOVEMBRO –
PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE
INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL**

O pedido de reconhecimento de interesse público municipal do edifício afeto a operação de gestão de resíduos, sito na Rua Encosta do Vale, n.º 22, no lugar de Vendas da freguesia de Alvaiázere, em nome de Arlindo Henriques Marques, no âmbito da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

**JÚLIO LOPES MORGADO –
REGULARIZAÇÃO DE PECUÁRIA,
AVICULTURA: AVES PRODUTORAS DE
OVOS, SITO NA RUA OUTEIRO DO JOGO,
N.º 15 E 17, NO LUGAR DE QUINTA DOS
CIPRESTES DA FREGUESIA DE ALMOSTER,
NO ÂMBITO DA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO
ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º
165/2014 DE 5 DE NOVEMBRO – PEDIDO
DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE
PÚBLICO MUNICIPAL**

O pedido de reconhecimento de interesse público municipal da Pecuária, Avicultura: aves produtoras de ovos, de Júlio Lopes Morgado, sito na Rua Outeiro do Jogo, n.º 15 e 17, no lugar de Quinta dos Ciprestes da freguesia de Almoster, no âmbito da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, sido aprovado por unanimidade

**DESPEERVEVOLUTION - REGULARIZAÇÃO DE
INDÚSTRIA - METALOMECÂNICA, SITO NA
ESTRADA “VIA LUSITÂNIA”, N.º 753, NO
LUGAR DE VENDAS DE MARIA, DA
FREGUESIA DE MAÇÃS DE DONA MARIA, NO
ÂMBITO DA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO
5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014 DE 5 DE
NOVEMBRO – PEDIDO DE
RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO
MUNICIPAL**

O pedido de reconhecimento de interesse público municipal da Empresa Despertevolution - regularização de indústria - metalomecânica, sito na Estrada "Via Lusitânia", n.º 753, no lugar de Vendas de Maria, da freguesia de Mações de Dona Maria, no âmbito da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, sido aprovado por unanimidade.

artigo 12.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, também na sua atual redação.

MAPA DE PESSOAL 2016

Foi aprovado por unanimidade, nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual.

DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2016: ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ATIVIDADES MAIS RELEVANTES, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, RELATÓRIO E DOCUMENTAÇÃO ANEXA

Foi deliberado por unanimidade:

1. Aprovar o relatório, no qual é especificada de forma detalhada o cumprimento do preceituado na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
2. Aprovar o orçamento do Município de Alvaiázere para o ano de 2016 e seguintes, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação;
3. Aprovar as Grandes Opções do Plano e do Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais relevantes, para o ano de 2016 e seguintes, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação;
4. Aprovar as normas de execução orçamental;
5. Aprovar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, conjugado com o

**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O
MUNICÍPIO DE ALVAIÁZERE E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALVAIÁZERE –
ALUNOS NEEP**

João Pereira
A

Considerando que:

- A alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, define atribuições do Município em matéria de educação;
- As alíneas u) e gg) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, definem competências da Câmara Municipal no que se refere apoio de atividades de natureza educativa de interesse para o Município e ao nível dos transportes escolares, respetivamente;
- Há um grupo de 5 alunos a frequentar o Ensino Secundário no Agrupamento de Escolas de Alvaiázere, aos quais são reconhecidas necessidades educativas especiais de carácter permanente e que beneficiam de programa educativo individual organizado nos termos do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 21/2008, de 12 de maio, pelo que devem desenvolver o seu Plano Individual de Transição na Cerci Penela, em Penela, dois dias por semana (terças e sextas-feiras);
- O Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, define no n.º 4 do artigo 13º que os alunos com Plano Individual de Transição e que carecem de se deslocar a instituições para concretização do mesmo têm direito à comparticipação da totalidade do título de transporte;
- No n.º 3 do mesmo artigo se estabelece que não podendo ser utilizados transportes regulares ou escolares, estes alunos têm direito a transporte gratuito, da responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência;
- O mesmo despacho prevê, no n.º 2 do artigo 13º, que a organização destes transportes pode ser facilitada através da colaboração entre as autarquias e os agrupamentos de escolas, desde que devidamente protocolada, de forma a rentabilizar os recursos que possam ser colocados à disposição dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente;
- O Município tem condições para afetar uma viatura e motoristas aos circuitos especiais necessários para permitir o transporte dos jovens entre a Escola EB 2,3/S Dr. Manuel Ribeiro Ferreira e Cerci Penela;
- Cabe aos Municípios, nos termos do n.º 1 e alínea d) do nº 3 do artigo 21º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, fixar preços relativos aos serviços de transportes coletivos de



3

peçoas que não sejam inferiores aos custos diretamente ou indiretamente suportados com a prestação desses serviços;

- A deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de Câmara ocorrida a 18 de novembro de 2015, na qual foi aprovado o preço diário por deslocação (ida e volta) de 226,80€, e o presente acordo de cooperação;
- A decisão do Diretor do Agrupamento de Escolas do dia 23 de novembro de 2015;

Aos 24 dias do mês de novembro de dois mil e quinze, nesta Vila de Alvaiázere, no Edifício dos Paços do Concelho, compareceram como outorgantes:

O PRIMEIRO OUTORGANTE

Município de Alvaiázere, com sede em Praça do Município, 3250-100 Alvaiázere, freguesia e concelho de Alvaiázere, pessoa coletiva número 506 605 949, aqui representado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Arq.^a Célia Margarida Gomes Marques, portadora do cartão de cidadão número 11358562 4 ZZ5, válido até 2 de março de 2016, emitido pelo Estado Português, número de identificação fiscal 166 089 087, casada, licenciada em Arquitetura, natural da freguesia e concelho de Alvaiázere e residente na Urbanização Quinta Nova, lote 16, 3.º frente, freguesia e concelho de Condeixa-a-Nova, com poderes para o ato, conferidos pela alínea f) do n.º 2, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 1 de setembro, e tendo em conta a deliberação de celebração de protocolo tomada em reunião de Câmara ocorrida a 18 de novembro do corrente ano.

E,

O SEGUNDO OUTORGANTE

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALVAIÁZERE, com o número de pessoa coletiva 600075486, com sede na Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Ribeiro Ferreira – Alvaiázere, situada na Rua Dr. José Maria Silveira Castro, Alvaiázere, representada pelo Exmo. Senhor Diretor, José Rosa de Carvalho Peres, portador do cartão de cidadão número 02444650, válido até 18 de agosto de 2020, emitido pelo Estado Português, número de identificação fiscal 105797227, casado, licenciado em Ensino de Educação Tecnológica, natural da freguesia de Madalena, concelho de Tomar e residente na freguesia e concelho de S. João Baptista - Tomar, com poderes para este ato, conferidos pelo ato de tomada de posse no dia 27 de maio de 2013;

Que,



Livremente **ACORDARAM E REDUZIRAM A ESCRITO** o presente protocolo de colaboração, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira
(Objeto)

O presente protocolo de colaboração define as responsabilidades e obrigações do Município de Alvaiázere e do Agrupamento de Escolas de Alvaiázere no que se refere ao transporte de alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente abrangidos pelo Plano Individual de Transição entre a Escola EB 2,3/S Dr. Manuel Ribeiro Ferreira e a Cerci Penela.

Cláusula Segunda
(Vigência)

O presente protocolo de colaboração vigora durante o ano letivo 2015/2016.

Cláusula Terceira
(Obrigações do Município de Alvaiázere)

Constituem obrigações do Município de Alvaiázere:

- a) Assegurar a implementação de circuitos especiais de transporte entre a Escola EB 2,3/S Dr. Manuel Ribeiro Ferreira e a Cerci Penela às terças e sextas-feiras;
- b) Assegurar a disponibilização de viatura e motorista para implementar os circuitos a que se refere a alínea anterior;
- c) Garantir a recolha dos jovens na escola de origem, nos dias em que o transporte é assegurado, às 09h00;
- d) Garantir a recolha dos jovens na Cerci Penela, nos dias em que o transporte é assegurado, às 16h30;
- e) Garantir as condições de segurança necessárias ao serviço prestado.



Cláusula Quarta
(Obrigações do Agrupamento de Escolas de Alvaiázere)

Constituem obrigações do Agrupamento de Escolas de Alvaiázere:

- a) Garantir que os jovens a transportar estão preparados para o efeito, nos dias em que o serviço é assegurado, às 09h00, à entrada da Escola EB 2,3/S Dr. Manuel Ribeiro Ferreira;
- b) Garantir a receção dos jovens a transportar, nos dias em que o serviço é assegurado, aquando da chegada à Escola EB 2,3/S Dr. Manuel Ribeiro Ferreira;
- c) Pagar mensalmente ao Município de Alvaiázere o valor de 226,80€ por cada dia em que o serviço de transporte seja efetuado.

Cláusula Quinta
(Fatura)

Para assegurar a pagamento do valor subjacente a este protocolo, o Município remeterá fatura mensal do serviço prestado.

Aprovado em reunião de Câmara Municipal do dia 18 de novembro de 2015.

Aprovado pelo Diretor do Agrupamento de Escolas no dia 23 de novembro de 2015.

Alvaiázere, 24 de novembro de 2015

Pelo Município de Alvaiázere,

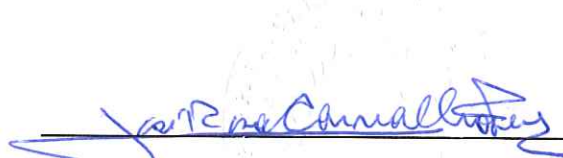
A Presidente



(Célia Margarida Gomes Marques)

Pelo Agrupamento de Escolas de Alvaiázere,

O Diretor



(José Rosa de Carvalho Peres)

Considerando que:

- I. Na reunião da Câmara Municipal do dia 19 de agosto de 2015, deliberou-se a criação de uma comissão de vistoria, nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação;
- II. Esta comissão tem como finalidade, entre outras, proceder à vistoria para efeitos de execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético e, também, para efeitos ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e segurança das pessoas;
- III. A comissão é constituída pelos técnicos superiores da Unidade Orgânica de Obras Municipais e Urbanismo do Município de Alvaiázere, José Luís Alves de Carvalho, Ana Cristina Santos Godinho da Costa e Patrícia Alves Pedro Afonso, tendo como membros suplentes Hilário Duarte Godinho Simões e Mário Bruno Tiago Gomes.
- IV. A necessidade de se analisar, do ponto de vista técnico, a urgência da intervenção no edifício denominado como "Armazém das Cinco Vilas", propriedade do Município de Alvaiázere, em Maçãs de Dona Maria.

Determino que os técnicos que constituem a Comissão de Vistoria procedam à análise, tanto do ponto de vista estrutural, como das respetivas condições de segurança, do edifício denominado como "Armazém das Cinco Vilas", na freguesia e vila de Maçãs de Dona Maria.

Alvaiázere, 23 de novembro de 2015

A Presidente da Câmara



(Célia Margarida Gomes Marques)

Considerando:

- A tradição na realização do Magusto anual com todos os trabalhadores do Município, por ocasião da comemoração do Dia de São Martinho, dia 11 de novembro;
- O disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estipula que é competência do Presidente da Câmara Municipal "Decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais";

Determino que, no próximo dia 11 de novembro:

- Os trabalhadores do Município cujo horário de trabalho é das 9:00H às 12:30H e das 14:00H às 17:30H estão dispensados das suas funções laborais, para participar no magusto, a partir das 16:30H;
- Os trabalhadores afetos ao serviço de atendimento e os leitores de contadores de água devem articular os seus horários com o responsável com o serviço, de forma a laborar 6 horas e encerrar os serviços às 16.30H e participar no magusto;
- Os trabalhadores que exercem as suas funções nos serviços da biblioteca, museu e desporto devem de articular os seus horários com os responsáveis pelo serviço, de forma a laborar 6 horas e encerrar os serviços às 16.30H e participar no magusto;
- Os trabalhadores afetos ao serviço de educação devem de articular os seus horários, de forma a laborar 6 horas e estarem presentes no magusto;
- Os trabalhadores afetos ao armazém municipal, efetuam o seguinte horário para almoço: 12.00H às 14.30H, de forma a participar no magusto a partir das 16.30H, com salvaguarda do pessoal que efetua a recolha de resíduos sólidos, que deverá articular com o responsável do serviço o seu horário de trabalho nesse dia;

Município de Alvaiázere, 3 de novembro de 2015

A Presidente da Câmara,



(Célia Margarida Gomes Marques, Arq.)